



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

SEPOG NA MÍDIA 20 a 26 de outubro

AÇÕES DA SEPOG NA ÚLTIMA SEMANA

Audiência Pública debate orçamento estadual para 2016 e aborda novas regras de repasse .

A minuta do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício financeiro do Estado para 2016, foi debatida nesta quinta-feira (22) com representantes dos Poderes, Unidades Orçamentárias dos órgãos públicos estaduais e da sociedade civil organizada.

Leia mais:

PORTAL DO GOVERNO DE RONDÔNIA:

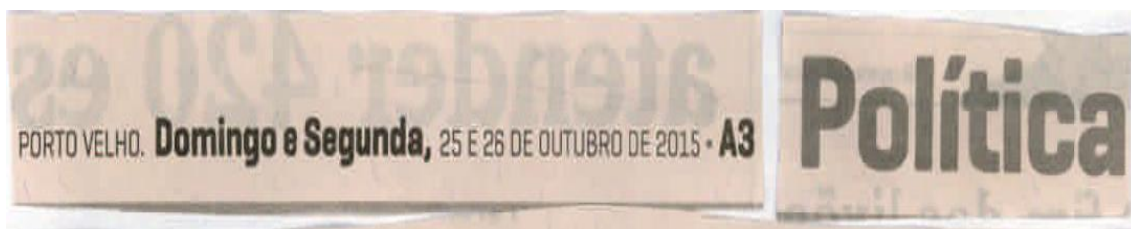
<http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/10/88995/>

NEWS RONDÔNIA:

<http://newsrondonia1.hospedagemdesites.ws/noticias/audiencia+publica+debate+orcamento+estadual+para+2016+e+a+borda+novas+regras+de+repasse/65614>

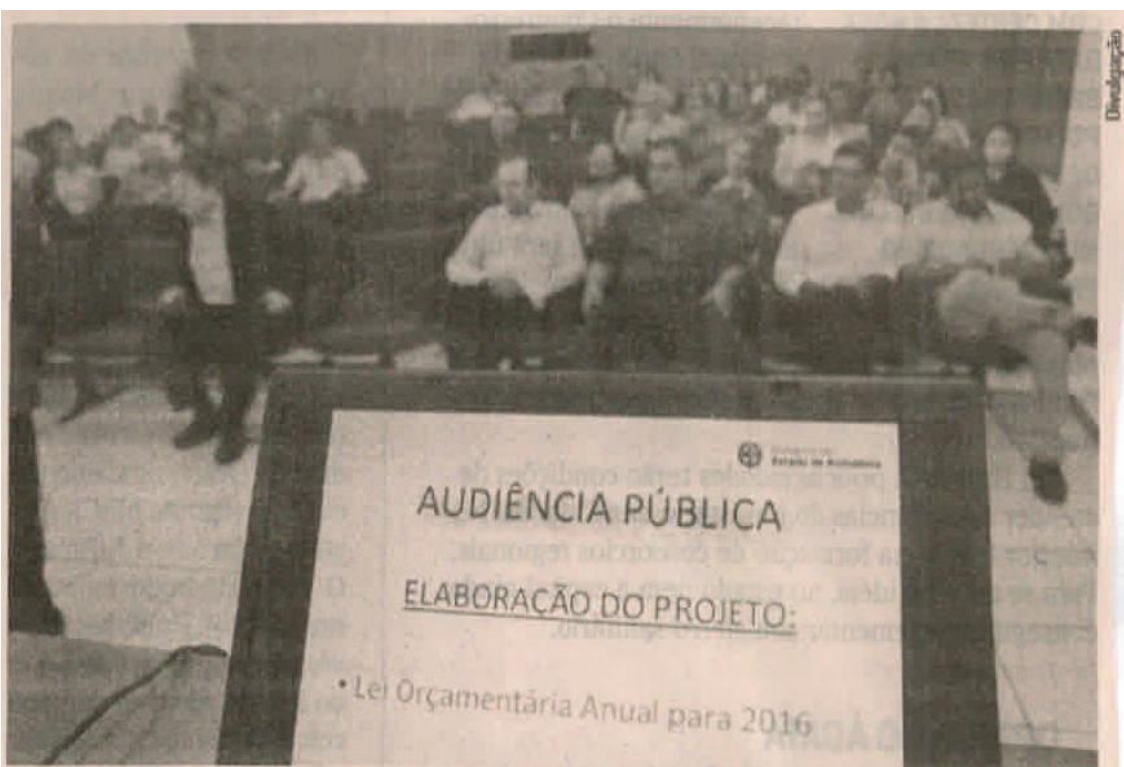
SEPOG NA IMPRENSA ESCRITA

DIÁRIO DA AMAZÔNIA- 25 E 26 DE OUTUBRO:
Audiência Pública estadual para 2016 e aborda novas regras de repasse.



Orçamento do Estado será de R\$ 7,6 bilhões

Apesar de receita
parecer alta,
previsão de despesa
é igual e 2016 deve
ser ano apertado.



Audiência pública reuniu secretários e técnicos de todas as secretarias de estado

A minuta do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício financeiro do Estado para 2016, foi debatida com representantes dos Poderes, Unidades Orçamentárias dos órgãos públicos estaduais e da sociedade civil organizada. Realizado no auditório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

O documento, que estima a receita e fixa as despesas do governo, prevê o valor de R\$ 7.595.788.533,42 de receita total, ou seja, resultado da soma de todas as fontes de arrecadação do estado. O valor das despesas tem a mesma previsão da receita e estão especificadas de acordo com os programas do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 e as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Antes de iniciar o debate, o secretário adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), Pedro

Pimentel, anunciou uma ação inédita conquistada pelo estado de Rondônia em parceria com os demais Poderes. Trata-se da aprovação do artigo 13 da LDO pela Assembleia Legislativa (ALE). O item prevê que os repasses às unidades orçamentárias deverão ser realizados de acordo com o valor real arrecado pelo estado.

De acordo com o adjunto, apenas os excessos eram repartidos aos Poderes e os déficits absolvidos pelo executivo. Segundo o

secretário, a iniciativa partiu do Tribunal de Contas (TC/RO), por parte dos conselheiros José Euler, Edilson de Souza, Benedito Antônio e Paulo Curi, e logo foi acatada pelos demais chefes de Poderes, demonstrando que o Estado esta acima dos interesses pessoais. "Rondônia será um case de sucesso para o país", destacou o adjunto.

Durante a programação, os participantes tiveram a oportunidade de atualizarem suas informações referente ao posicionamento

do Estado de Rondônia no equilíbrio das contas públicas. Rondônia e apenas mais três estados continuaram com as suas contas no azul, sendo eles Pernambuco, Bahia e Mato Grosso do Sul. O resultado desta posição reflete no pagamento da folha em dia, e consequentemente, na continuidade da prestação de serviços de todas as áreas.

Até o próximo dia 30, o projeto de lei orçamentário será encaminhado à Assembleia Legislativa.